



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 1.466, DE 2021**

**(Do Sr. Leonardo Gadelha)**

Torna obrigatória a oferta diária de feijão e arroz em pelo menos 50% das refeições servidas no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

**DESPACHO:**

APENSE-SE AO PL-4195/2012.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



**PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2021**  
**(Do Sr. LEONARDO GADELHA)**

**Torna obrigatória a oferta diária de feijão e arroz em pelo menos 50% das refeições servidas no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).**

**O Congresso Nacional decreta:**

Art. 1º É obrigatória a oferta de feijão e arroz em pelo menos 50% das refeições servidas nas escolas, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposição trazida à apreciação dos respeitáveis pares desta Casa tem o objetivo de adequar a alimentação servida nas escolas públicas às necessidades nutricionais das crianças, jovens e adolescentes, de forma que seja incluído, ao menos em uma das refeições servidas diariamente, o arroz e o feijão. O arroz e o feijão, juntos, formam um pacote completo de vitaminas e nutrientes. O carboidrato do arroz tem a energia que a criança precisa para enfrentar a rotina do dia a dia e a proteína e o ferro do feijão fazem bem principalmente para o intestino, o coração e o sistema imunológico. A dupla arroz-feijão conta ainda com a abundância de vitaminas do complexo B e

Assinado eletronicamente pelo(a) Deputado(a) Leonardo Gadelha  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213001274400>





cálcio, importantes para a manutenção das células, fortalecimento dos ossos, cabelos e unhas, reparação muscular e prevenção de doenças, como anemia e diabetes.

Considerando, portanto, a riqueza nutricional do mais popular prato da refeição carioca, e quiçá, de todo o Brasil, é essencial que esteja presente com frequência no cardápio escolar.

Importa salientar que já possui orçamento destinado à compra de alimentação escolar, não havendo, portanto, que se falar em impacto financeiro que afete o erário ou criação de despesa.

Conclamos os nobres pares a aprovar este Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em                      de                      de  
2021

Deputado **LEONARDO GADELHA**  
**PSC/PB**

